

INVESTIGAÇÃO

PL parecido com a PEC de Ciro

Deputado Filipe Barros apresentou, em 2024, um projeto que também propunha a elevação da garantia do FGC para R\$ 1 milhão

» VINICIUS DORIA

Pré-candidato ao Senado pelo PL do Paraná, o deputado federal Filipe Barros está sendo pressionado a explicar os motivos que o levaram a apresentar, em 2024, um projeto de lei com teor muito semelhante ao da proposta assinada pelo presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PI), apontada pela Polícia Federal (PF) como um texto elaborado pela direção do Banco Master. A iniciativa pretendia incluir na votação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) sobre o funcionamento do Banco Central (BC), que poderia favorecer o banco de Daniel Vercaro, amigo pessoal de Ciro.

A chamada “Emenda Master”, apresentada em 2023, propunha aumentar o limite de garantia individual (por CPF ou CNPJ) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) a correntistas e investidores. A PF apresentou provas de que o texto foi elaborado nas dependências do próprio Master e encaminhado ao senador dentro de um envelope com o nome dele.

A PEC, porém, não foi adiante — rejeitada pelo então relator, senador Plínio Valério (PSDB-AM). Mas em 14 de novembro de 2024, Barros apresentou o PL 4.395, que também propunha aumentar o limite do FGC para R\$ 1 milhão.

A emenda da matéria afirma: “Altera o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para o valor de até R\$ 1 milhão por CPF ou CNPJ, com o objetivo de ampliar a proteção dos investidores e assegurar a estabilidade do sistema financeiro brasileiro, alinhando assim o país às práticas internacionais de proteção

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



aos depositantes e investidores em instituições financeiras.”

O deputado argumentava que a atualização desse teto era “essencial para garantir a segurança dos recursos aplicados, assim como fortalecer a confiança no sistema financeiro nacional”. Após a eclosão do escândalo do Master, ele retirou, em fevereiro, o PL de tramitação.

Em nota divulgada ontem, Barros mostrou-se indignado com a vinculação do nome dele à investigação que trágou o presidente do PP. O deputado argumentou que o projeto apresentado por ele há dois

anos visava “resguardar o pequeno e médio investidor de escândalos como o do Master”. Com o caso do banco de Vercaro ganhando escala no noticiário e nas conversas políticas, o parlamentar do PL justificou a decisão de desistir da proposta “por conta de ilações que distorciam seu propósito”.

“Quem ataca um projeto como o que apresentei não está defendendo o cidadão, mas, sim, protegendo os grandes bancos — que são os principais responsáveis pelo FGC. A proposta visava, justamente, resguardar o pequeno e médio investidor de escândalos

como o do Master, mas, por conta de ilações que distorciam seu propósito, retirei-a de pauta meses atrás”, diz a nota.

Denúncia à PF

Barros fez questão de lembrar que apresentou, em dezembro de 2024, uma denúncia à PF para investigar “negócios escusos” da Reag Investimentos referentes a operações com créditos de carbono. As investigações da PF mostram que a Reag atuou como braço do Master nas fraudes ao sistema financeiro. Ele também frisa que

foi “um dos primeiros a assinar a CPMI do Master”.

“Quero que Daniel Vercaro e sua gangue apodreçam na cadeia”, frisou o deputado. O **Correio** perguntou à assessoria do parlamentar por que há tanta semelhança entre o projeto dele e a emenda apresentada por Ciro Nogueira. Também questionou como e por quem o texto foi elaborado, mas não obteve resposta às perguntas até o fechamento desta edição.

O deputado integra a bancada bolsonarista na Câmara. Ele apoia a candidatura do senador e correligionário Sergio



Quem ataca um projeto como o que apresentei não está defendendo o cidadão, mas, sim, protegendo os grandes bancos. A proposta visava resguardar o pequeno e médio investidor de escândalos como o do Master, mas por conta de ilações que distorciam seu propósito, retirei-a de pauta”

Trecho da nota divulgada pelo deputado Filipe Barros (PL-PR)

Moro (PL) ao governo do estado e deve formar a chapa majoritária com o ex-deputado Deltan Dalagnol (Novo), casado em 16 de maio de 2023, por unanimidade, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por burla à Lei da Ficha Limpa. Isso porque ele pediu exoneração do Ministério Público Federal (MPF) enquanto era alvo de processos administrativos que poderiam torná-lo inelegível. Moro e Dallagnol foram dois dos principais personagens da Operação Lava-Jato. (Colaborou Fabio Grecchi)

RIO DE JANEIRO

Prisão de Rangel por unanimidade

» IAGO MAC CORD
» FABIO GRECCHI

Reprodução/Instagram pessoal



Primeira Turma vedou a possibilidade de Rangel ser solto pela Alerj

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, a prisão preventiva do deputado estadual fluminense Thiago Rangel (Avante). O resultado também consolida a determinação do ministro Alexandre de Moraes de que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) não pode revisar ou derubar a detenção do parlamentar.

O voto do ministro foi acompanhado integralmente pelos demais integrantes da turma — Cármen Lúcia, Cristiano Zanin e Flávio Dino, presidente do colegiado. Dessa forma, fica inteiramente vedada a possibilidade de aplicação do artigo 102 da Constituição Estadual fluminense para livrar deputados estaduais envolvidos em casos de corrupção — tal como o de Rangel, arrolado em inquérito da Polícia Federal (PF) num esquema de superfaturamento e caixa dois na Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

“O Supremo Tribunal Federal, em face da degeneração institucional na utilização da extensão da norma federal às Assembleias Legislativas, deve realizar nova análise, tanto em relação ao seu alcance, pois hoje está sendo aplicada mesmo às infrações penais sem qualquer relação com o exercício do mandato, inclusive participação de parlamentares estaduais em organizações criminosas”, afirmou Moraes no voto.

O ministro afirmou que poderes legislativos de “diversos estados” têm garantido “um sistema de total impunidade” a deputados estaduais investigados por crimes, inclusive em casos ligados a organizações criminosas. Ele argumentou que, em 13 prisões de parlamentares estaduais por infrações sem relação com o exercício do mandato, 12 foram revogadas por decisão do Legislativo, sendo oito no Estado do Rio.

A prisão de Rangel é a terceira, nos últimos meses, por

envolvimento em esquema criminoso. Antes dele, o ex-presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar, foi levado à prisão por suposto envolvimento com o crime organizado. O primeiro a ir para a cadeia foi Thiago Raimundo dos Santos Silva, o TH Joias, que seria o braço político da lavagem de dinheiro do Comando Vermelho.

Antecipação

A decisão da Primeira Turma se antecipa à repetição do que ocorreu em 8 de dezembro passado, quando a Alerj revogou a prisão de Bacellar. Foram 42 votos “sim” pela soltura e 21 “não” por manter a detenção. Ele tinha sido preso em 3 de dezembro pela PF na mesma Operação Unha e Carne por suspeita de ter vazado informações sigilosas da Operação Zargun, deflagrada em setembro, em que TH Joias foi para a cadeia. A Assembleia Legislativa amparou-se no mesmo artigo 102 para atropelar a decisão do ministro, que, à época, também determinou o afastamento

de Bacellar da presidência do Legislativo fluminense.

Rangel faz parte do mesmo grupo político de Cláudio Castro e do hoje presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL). Em 24 de abril, o ministro Cristiano Zanin, do STF, negou pedido da Alerj para que Ruas assumisse o governo fluminense interinamente. A solicitação baseava-se na eleição do deputado para o comando da Casa, em 17 de abril, o que, para a Mesa Diretora do Legislativo estadual, configuraria um “fato novo” que alteraria a linha de sucessão após a renúncia de Castro. O ministro, porém, argumentou que é preciso esperar a decisão sobre o formato de eleição para que o governador interino complete o atual mandato.

O governo fluminense vem sendo conduzido pelo desembargador Ricardo Couto, presidente do Tribunal de Justiça (TJ-RJ). Desde que assumiu, ele promoveu 1.568 exonerações na máquina do estado de indicados pelo grupo de Castro.

Casa Azul
Felipe Augusto

Leão Amigo da Solidariedade

Transforme Vidas com seu Imposto de Renda!

No DF, uma parte do Imposto de Renda é destinada a instituições sem fins lucrativos, mas ainda não é suficiente para os desafios da nossa comunidade. Ao destinar 3% do seu IR para os projetos da Casa Azul, você ajudará a transformar vidas, combatendo a violência, a pobreza e o trabalho infantil, oferecendo dignidade e esperança a quem mais precisa.

A Casa Azul, uma das 100 Melhores ONGs do Brasil, atua há 36 anos no DF, promovendo mudanças reais. Seu apoio pode abrir portas para um futuro melhor.

como participar?

Depósito na conta do Fundo da Criança e do Adolescente do DF
CNPJ 15.558.339/0001-85, Banco BRB (070)
Agência 100, Conta Corrente 10004149-8

CHAVE PIX: CNPJ: 15.558.339/0001-85

Envie o comprovante para 61 99819-6160 e vincule sua doação aos projetos da Casa Azul.

Sua contribuição é o primeiro passo para um futuro mais justo. Conheça nosso trabalho e emocione-se com as histórias que estamos criando. **Escaneie o QR Code ao lado para saber mais.**

(61) 3359 2095 / (61) 3359 2098 - WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR